

REPRESENTAÇÕES DA AMÉRICA NO PENSAMENTO DE EDUARDO LOURENÇO

&1. Eduardo Lourenço a a tradição portuguesa

As representações dos Estados Unidos da América no pensamento português situam-se, na sua grande maioria, num terreno positivo, diria mesmo favorável.

As acusações de “antiamericanismo” não colhem fundamento visível e seguro nos grandes vultos da nossa cultura. Em Portugal, recuperando uma trindade categorial que propusemos num outro estudo, o máximo que encontramos face aos EUA é uma “hostilidade funcional” (o grau mais baixo na classificação da hostilidade na representação do Outro). Curiosamente, foi o Estado Novo e o seu líder, António de Oliveira Salazar, quem mais intensamente protagonizaram esse tipo de hostilidade contra a América, baseada na divergência de interesses estratégicos objectivos. Com efeito, quando em 1961 a Embaixada dos EUA em Lisboa vê os vidros das suas janelas serem apedrejados por uma multidão “espontaneamente” ululante, o que estava em causa era a diferença diametral dos lugares ocupados por Lisboa e Washington no contexto geopolítico da descolonização.

Ao contrário da hostilidade funcional, que jamais abandona o campo da racionalidade, embora estratégica, as outras duas modalidades de hostilidade, a “estrutural ou paternalista” e a “ontológica” já entram num terreno movediço da destruição profunda da identidade e qualidade intrínseca do Outro. Dizer, como o fez Heidegger na sua clássica entrevista à revista *Spiegel*, que só se pode pensar em Alemão e Grego antigo, é lançar na indigência, através de um golpe de soberbo paternalismo, o património riquíssimo de pensamento produzido em todas as outras grandes línguas europeias, só para ficarmos no Ocidente. Mas a recusa mais brutal do Outro é a “ontológica”. Quando os burocratas nazis decidiram, no início de 1942, nas tranquilas margens do lago Wannsee, criar uma solução industrial para a *Endlösung* da questão judaica estavam a levar, até ao cabo mais extremo a longa e milenar hostilidade ontológica de que os Judeus têm sido vítimas.

Com a excepção dos períodos em que os interesses geo-estratégicos de Lisboa e Washington estiveram abertamente em rota de colisão (1941-2 e 1961), a maioria dos testemunhos que podemos recolher no discurso lusíada sobre a América é francamente favorável, às vezes de um modo surpreendente.

Registemos, apenas, alguns casos. Desde logo o projecto do nosso primeiro Embaixador nos EUA, o Abade Correia da Serra, amigo de Jefferson e Madison, que pretendia, a partir do Brasil estabelecer uma parceria estratégica entre um Portugal brasileiro e monárquico, e uma América do Norte republicana e federal. Ou, em 1870, o grande Andrade Corvo, o primeiro europeu que não se limitou a antecipar a tendência de fundo para a hegemonia norte-americana no século XX, mas que a “viu” nos detalhes mais pictóricos: previu a I Guerra Mundial e identificou o papel crucial dos Açores na estratégia atlântica e global dos EUA.¹

Mais subtil é a posição de Eça de Queirós, espreitando, na condição de jovem jornalista, uma nova arma da guerra naval, o couraçado *Miantanomah*, fundeado no Tejo, a caminho da Rússia, como parte da corte diplomática que levaria Washington a obter a cedência, por um preço módico, do grande território do Alasca. Eça, nesse distante ano de 1866, analisa uma América bifronte. Por um lado, a nação que representaria a emergência de um futuro tecnológico, desumano e sem alma.² Por outro lado, a América que,

¹ “Os Estados Unidos são chamados pelas circunstâncias a representar um grande papel na política do mundo; principalmente se os sucessos da Europa, como infelizmente tudo parece indicar, levarem esta a um período de lutas desastrosas de nação a nação, de violências contra o direito e contra a independência das pequenas nações, a um período de opressão e despotismo (...). A posição geográfica de Portugal, com as ilhas dos Açores situadas no caminho da América, está mostrando que é ele o Estado da Europa, cujas relações mais proveitosas podem ser à republica americana.”, João de Andrade Corvo, *Perigos. Portugal na Europa e no Mundo*, Lisboa, Fronteira do Caos, 2005, pp.205-206.

² “Nós entrevemos a América como uma oficina sombria e resplandecente, perdida ao longe nos mares, cheia de vozes, de coloridos, de forças, de cintilações. Entrevemo-la assim: movimentos imensos do capital; adoração exclusiva e única do deus Dólar; superabundância de vida; exageração de meios; violenta predominação do individualismo; grande senso prático; atmosfera pesada

em nome de um ideal de igualdade, aceitou dilacerar-se numa guerra civil, que seria a primeira guerra da era industrial.³

Surpreendentemente, ou não, foi Salazar quem melhor caracterizou o lugar da América no mundo após a II Guerra Mundial. Com efeito, o novo poderio de Washington não se limitaria a ser uma substituição dos impérios anteriores, era também um novo estilo no exercício do poder, que Salazar designava como “hegemonia plebiscitada”.⁴

Para Eduardo Lourenço, por seu turno, a América é entrevista a partir da condição permanentemente excêntrica de Portugal. Habitando a periferia ocidental do Velho Continente, mas sempre dominado por um impulso centrífugo para outros destinos, basicamente não europeus, entre os quais se situa a América.⁵

de positivismos estéreis; uma febre quase dolorosa do movimento industrial; aproveitamento avaro de todas as forças; extremo desprezo pelos territórios (...) e por fim um profundo tédio pelo vazio que deixa na alma as adorações do deus Dólar.”, Eça de Queirós, “Eça de Queirós, “O «Miantonomah»”, *Prosas Bárbaras*, Lisboa, Livros do Brasil, 2001, p. 158.

³ “No entanto há muita força fecunda nos Estados Unidos! Ainda há pouco deram o exemplo glorioso de uma nação que deixa os seus positivismos, a sua indústria, os seus egoísmos, o seu profundo interesse, e arma exércitos, esquadras, dissipa milhões, e vai bater-se por uma ideia, por uma abstracção, por um princípio, pela justiça (...) A América do Norte quer a liberdade, o amor das raças, e bate-se pela liberdade, pela legalidade, pela união, pelo princípio, pela metafísica! E dispersa os exércitos da Virgínia!”, ob. cit., p. 160.

⁴ “Da última conflagração, esmagados o Japão e a Alemanha, surgiram para a hegemonia mundial dois grandes poderes: os Estados Unidos e a Rússia [...] Os Estados Unidos sentem, como não sentiram em 1919, a responsabilidade da sua força e da sua vitória, e dá-se com eles o estranho caso de ascenderem ao primeiro plano da política mundial pelo seu próprio valor, sem dúvida, mas também impelidos, solicitados pela generalidade das nações. É quase uma hegemonia plebiscitada, tal a consciência da insegurança e da possibilidade de mergulhar numa catástrofe sem a ajuda da grande nação americana.”, Salazar, “Discurso na inauguração da I Conferência da União Nacional, em 9 de Novembro de 1946”, *Discursos, Notas, Relatórios, Teses, Artigos e Entrevistas. Antologia 1909-1953*, Lisboa, Editorial Vanguarda, 1954, p. 311.

⁵ “Estamos [Portugal] na Europa (...) mas sem adesão simbólica. Na medida em que o podemos – ao nível das intenções e não só – estamos sempre fugindo para outro lado: a África, o Brasil, por que não a Inglaterra, ou melhor, os Estados Unidos.”, Eduardo Lourenço, “Meio Século de Dramaturgia Política Europeia”

&2. Os EUA e a filosofia da história

Entre os leitores portugueses de Eduardo Lourenço, julgo que terá sido Miguel Real quem mais profundamente compreendeu a importância da meditação do autor de *Heterodoxia* sobre os Estados Unidos. No seu estudo, cujo primeiro volume saiu muito recentemente, Miguel Real promete mesmo dedicar a esse tema uma extensão muito considerável.⁶ Com efeito, Real propõe a existência de um dispositivo metodológico comum no tratamento conferido por Lourenço à questão da identidade portuguesa, no seu processo de saturação em hiperidentidade, e a análise sempre presente, mas mais aprofundada na década de 1990, sobre a Europa e o projecto de construção da União Europeia. Essa afinidade metodológica poderá ser alargada à representação sobre os Estados Unidos, se a quisermos compreender no quadro mais amplo e significativo da obra de Eduardo Lourenço.

Pela minha parte, considero que essa afinidade metodológica está subordinada a um fio condutor que percorre a interrogação efectuada pelo nosso pensador dos diferentes destinos nacionais, seja do português, seja do norte-americano: a vinculação a uma filosofia da história. Não se trata de um fio condutor latente, ou silencioso. Pelo contrário, ele é manifesto e audível. Várias vezes, Eduardo Lourenço refere Hegel, e as suas «Lições sobre Filosofia da História» (*Vorlesungen Über die Philosophie der Geschichte*) para mostrar que o lugar dos Estados Unidos tem de ser situado no âmbito da reflexão que o Ocidente realizou sobre si mesmo, e sobre o seu papel central no destino do mundo: “A história do espírito é a história da consciência humana como consciência ocidental, ou, ainda melhor, da consciência ocidental como consciência humana.”⁷ A essa luz, a hegemonia da América teria de ser vista numa perspectiva de longa duração, no arco quase meta-histórico da realização de uma racionalidade de que

[1999], *A Europa Desencantada. Para uma Mitologia Europeia*, Lisboa, Gradiva, 2001, p., 230.

⁶ Miguel Real, *Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa*, Matosinhos, Quidnovi, 2008, pp. 95-101.

⁷ Eduardo Lourenço, “A Europa em Questão, ou «Como é possível ser Persa?»» [1989], *A Europa Desencantada. Para uma Mitologia Europeia*, Lisboa, Gradiva, 2001, p. 44.

somos mais os actores do que os autores: “Neste momento, *grosso modo*, os Estados Unidos representam o que Hegel entendia por “espírito do mundo” [*Weltgeist*] (...) o destino do mundo está intimamente ligado ao dos Estados Unidos. E o dos Estados Unidos ao do mundo.”⁸

&3. Há um Império Americano?

Eduardo Lourenço não precisou de esperar pelo ressurgimento do interesse académico em torno dos estudos sobre o império e o imperialismo, na senda da obra, hoje já um clássico, de Antonio Negri e Michael Hardt.⁹

Não há império sem violência, mas só a violência não chega para fazer um império. O pensador português tem disso perfeita consciência, chamando a atenção para o facto de que um dos maiores sinais de poder é a renúncia à violência gratuita. Só os poderosos podem manter a espada na bainha, deixando o tempo e a diplomacia fazer que a relação de forças coloque tudo no seu lugar natural, no que concerne ao sistema internacional. Ao contrário, por exemplo, dos projectos imperiais serôdios das duas potências europeias que chegaram atrasadas ao estatuto de Estados, a Itália e a Alemanha -- e que sufocaram no mar de violência desmesurada que provocaram -- os EUA, bem pelo contrário, no auge do seu poderio mostraram capacidade de contenção quando, senhores exclusivos da arma atómica, não a usaram contra a União Soviética, mesmo na sequência da crise do bloqueio de Berlim (1948).¹⁰

Muito justamente, Eduardo Lourenço procura comparar a hegemonia americana com o arquétipo imperial do Ocidente, o Império

⁸ Eduardo Lourenço, “O Império desembarca em sua casa”, *Público*, 6 de Junho de 2004.

⁹ Michael Hardt e Antonio Negri, *Empire*, Cambridge-MA, London, Harvard University Press, 2001.

¹⁰ “(...) nesta época privilegiada em que gozava por mérito próprio do seu estatuto de vencedora principal do conflito, mas possuía, sozinha, a arma absoluta. Não há exemplo, na história humana, de semelhantes autocontrole e autolimitação de poderio na relação entre povos.”, Eduardo Lourenço, “Meio Século de Dramaturgia Política Europeia” [1999], *A Europa Desencantada. Para uma Mitologia Europeia*, Lisboa, Gradiva, 2001, p., 218.

Romano. Em ambos os casos se regista a metamorfose da violência numa justificação da acção através da submissão a uma tabela de valores que transcende a esfera imediata dos interesses, aparecendo como corporização da "figura da ordem, quer dizer, de um estado de coisas interiorizado como legal, justo, eficiente e duradouro."¹¹ A resiliência de Roma não seria possível sem a eficácia das suas legiões, mas o segredo da sua longevidade residia, sobretudo, no facto de a cidadania romana se ter transformando num objecto de desejo para quase todos os habitantes do Império. O povo romano era o sujeito da *Pax romana*, contudo era um sujeito elástico, aberto, com manifesta capacidade de integração. E esse desejo de pertença a Roma, de gauleses ou lusitanos, de egípcios ou macedónios, contribuiu tanto ou mais para a vitalidade de Roma do que as suas legiões, as suas estradas e pontes, as suas leis e aquedutos.

A proximidade entre a América e Roma tem, todavia, limites. Muito antes de Negri e Hardt terem colocado a questão do "império sem sujeito", já Lourenço o fazia: "(..) são os Estados Unidos, como o foi Roma, o *sujeito* desse imperialismo? Ou o que há de novo e específico neste «imperialismo» e o distingue de todos até hoje conhecidos é o facto, precisamente, de ser um *imperialismo sem sujeito* em última análise, à procura dele?"¹² Nesta questão de um sujeito em construção coloca-se o fascínio que Eduardo Lourenço manifesta pelo cinema como mitologia universal. Foi a América que transformou o cinema numa potência do imaginário, numa força de identificação simbólica sem paralelo com nenhuma outra arte iconográfica da história humana: "Nenhuma cultura e tão pouco tempo criou uma mitologia tão eficaz e tão partilhada pelo mundo inteiro como o cinema americano."¹³

&4. A América vista da Europa

O melhor observador seria aquele que, ao ser por sua vez observado, jamais deixasse revelar o seu ponto de perspectiva. Esse seria o olhar propriamente divino. Ora, Eduardo Lourenço é,

¹¹ Eduardo Lourenço, "América! América!" [1993], *A Europa Desencantada. Para uma Mitologia Europeia*, Lisboa, Gradiva, 2001, p. 174.

¹² Ob. cit., p. 176.

¹³ Eduardo Lourenço, "Entrevista", *Paralelo*, n.º2, Primavera/Verão, 2008, p. 46 e sgs.

provavelmente, o mais arguto leitor da América, sobretudo depois da queda do muro de Berlim. Mas o seu olhar não é divino, mas humanamente europeu. E, como sempre ocorre. Uma perspectiva é um ponto de vista, mas também uma causa de invisibilidade. Uma perspectiva é, ao mesmo tempo, o que permite dar a ver, mas também o que oculta e obscurece.

Quando os EUA ficaram sozinhos no planeta como única superpotência, depois da implosão da URSS, Eduardo Lourenço foi assinalando um duplo movimento. Por um lado, o recurso cada vez mais frequente ao uso da força militar. Por outro lado, o contraste insistentemente repetido entre o activismo americano e a impotência, desorientação e passividade europeias. Na escrita de Lourenço encontramos uma verdadeira via dolorosa desse duplo movimento: 1991, com a primeira Guerra do Golfo; 1992, a Europa deixa a guerra civil jugoslava chegar ao ponto de não retorno e convoca a América para resolver a crise da sua impotência; 1999, a “não-guerra” do Kosovo, ou a “segunda morte” da Europa; 2003, a grosseira invasão do Iraque pela mais desastrada Administração da história dos EUA; 2008, a cumplicidade com a aventura militar do Presidente da Geórgia, aclamado como vítima de uma alegada agressão russa...

Num artigo de 1 de Setembro de 2008, na sequência da sangrenta farsa georgiana, Eduardo Lourenço chega a falar de uma eventual escalada dos EUA para um “superimperialismo”. Julgo, todavia, que Eduardo Lourenço se deixou contaminar pela sua natural tristeza perante uma Europa que, manifestamente, deixou de ser um sujeito histórico relevante. O que está a acontecer à América não é assim tão diferente do que está a ocorrer à Europa. Uma e outra estão a atingir os seus limites existenciais. A América, com uma liderança “activa” que entre guerras regionais e colapsos financeiros a deixou numa sombra do que foi e numa pálida figura do que poderia ter ambicionado ser. A Europa, na valsa surda e paralisante das pequenas ambições nacionais que a lançam na irrelevância.

Mas num caso como noutro, talvez seja necessário bater no fundo para voltar a ser possível que, num mundo mais fragmentado e multipolar, o Ocidente possa ainda ter uma palavra a dizer quanto ao futuro da nossa atribulada espécie. Mas nesse despertar modesto e construtivo do Ocidente, será ainda, provavelmente, a América, e não

Viriato Soromenho-Marques

a Europa, a ter a palavra decisiva. A América de Walt Withman, não a de G.W. Bush. A América, que, como escreveu Eduardo Lourenço em 1993: “não só [é] não-imperialista como anti-imperialista que é a lógica política *fundadora dos Estados Unidos...*”

31 de Outubro de 2008

Viriato Soromenho-Marques